

# As lutas socioterritoriais no Bico do Papagaio: história, memória e identidade das mulheres rurais

Taynara Marcondes de Liz<sup>1</sup>

Rosangela Aparecida de Medeiros Hespanhol<sup>2</sup>

## Resumo

Este artigo tem como objetivo examinar as lutas socioterritoriais no Bico do Papagaio, com foco nas mulheres rurais, particularmente as quebradeiras de coco babaçu. A análise contempla os conceitos de território e territorialidade, explorando como as mulheres moldam e transformam o espaço rural por meio de suas práticas produtivas e culturais. Discutimos as complexidades e contradições nas lutas dessas mulheres e os desafios enfrentados na construção de identidades territoriais. O estudo também inclui os relatos de uma entrevista e narrativas de uma das lideranças femininas sobre a história do Bico do Papagaio, enfatizando a importância da memória para a cristalização da identidade e da história de luta das mulheres na região.

Palavras-Chave: território; territorialidade; quebradeiras de coco babaçu; Tocantins e resistência.

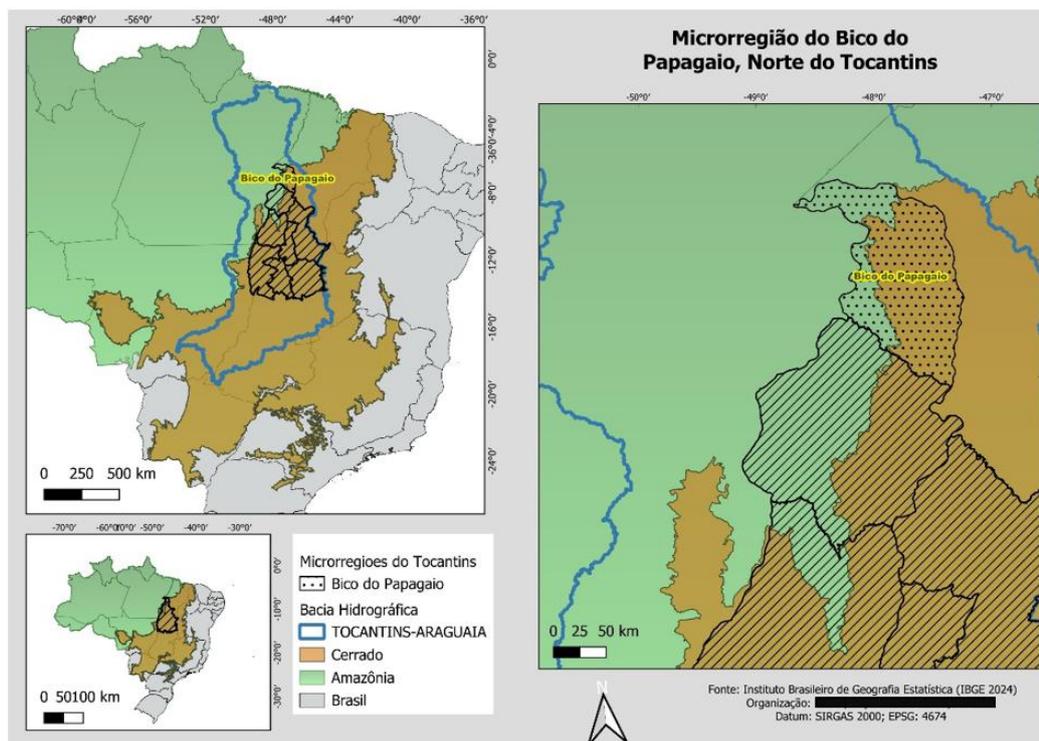
## 1. Introdução

As regiões de fronteira, como a microrregião do Bico do Papagaio, localizadas no extremo norte do Tocantins (Figura 1), são marcadas por disputas socioterritoriais que refletem a complexa relação entre Estado e sociedade. No contexto dessas lutas, as mulheres rurais, especialmente as quebradeiras de coco babaçu, têm desempenhado um papel central na resistência e defesa do território.

Figura 1- Microrregião do Bico do Papagaio

<sup>1</sup> Pesquisadora do Mestrado Acadêmico do Programa de Pós-graduação de Geografia pela Universidade Estadual Paulista/ Faculdade de Ciências e Tecnologia. Especialista em Ensino de Geografia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) e graduada em Licenciatura e Bacharelado em Geografia pela mesma instituição.

<sup>2</sup> Profa. Doutorado em Geografia pela UNESP de Rio Claro. Pós-doutorado sobre desenvolvimento rural sustentável na École des Hautes Études en Sciences Sociales sob a supervisão do Professor Ignacy Sachs. Professora dos Cursos de Graduação e Pós-graduação em Geografia da UNESP de Pres. Prudente.



Fonte: a autora (2024)

A história do Bico do Papagaio revela como as elites, ao longo do tempo, alteraram as relações entre Estado e sociedade. As políticas públicas nessas regiões de fronteira ainda carecem de uma compreensão mais aprofundada das realidades sociais. Tendo isso em vista, este trabalho congrega saberes de diversas áreas do conhecimento para analisar as experiências das mulheres rurais, suas lutas e como essas práticas contribuem para a construção de um novo contexto territorial.

O presente artigo busca explorar a relação entre território, territorialidade e as mulheres rurais, com foco nas quebradeiras de coco babaçu do Bico do Papagaio, região localizada no norte do Tocantins. Partindo do conceito de território como uma categoria central na geografia, destacamos a relevância de compreender como as experiências dessas mulheres moldam o espaço rural e refletem as dinâmicas sociais, políticas e econômicas de suas comunidades. As mulheres quebradeiras de coco desempenham um papel fundamental nas atividades produtivas e reprodutivas, transformando o território que habitam por meio de suas práticas cotidianas de extrativismo e manejo sustentável das palmeiras de babaçu. Ao mesmo tempo, enfrentam desafios significativos, como a expropriação de terras, a violência institucional e as contradições dentro dos movimentos sociais que integram.

A análise proposta busca enfatizar a importância de políticas territoriais que reconheçam e incorporem a diversidade de experiências dessas mulheres, considerando não apenas suas práticas produtivas, mas também os múltiplos papéis que desempenham nas lutas pela terra.

Para isso, será abordada a trajetória histórica dessas mulheres, desde as primeiras lutas pela posse da terra até a formação de associações de quebradeiras de coco, que têm se mostrado essenciais na articulação política e social da região. Ao longo do artigo, será discutida a relação entre gênero, território e resistência, destacando como essas mulheres constroem uma territorialidade única, que transcende o uso do espaço físico, incorporando valores culturais, econômicos e ambientais fundamentais para a preservação de suas comunidades.

Para o desenvolvimento deste artigo, que trata de uma pesquisa com enfoque qualitativo, utilizamos como procedimentos metodológicos, revisão bibliográfica dos principais artigos científicos e dissertações sobre o território e a territorialidade das mulheres, bem como sobre a história e as lutas socioterritoriais do Bico do Papagaio. Além disso, apresentamos relatos e análises das narrativas de uma importante líder sindical da região, coletadas durante um trabalho de campo realizado em setembro de 2023.

## **2. Território e Territorialidade das Mulheres Rurais no Bico do Papagaio**

Partiremos aqui do conceito de território e territorialidade das mulheres rurais, com enfoque nas mulheres que vivem no Bico do Papagaio, localizado no norte do Tocantins. A análise destaca a importância de compreender as especificidades dessas mulheres, como as quebradeiras de coco babaçu, e suas lutas históricas e contemporâneas pelo direito à terra e ao território. Exploraremos como a participação dessas mulheres nas atividades produtivas e reprodutivas transforma e molda o espaço rural, evidenciando a diversidade de experiências e a urgência de políticas territoriais que levem essa pluralidade em consideração. Além disso, serão discutidas as contradições e os desafios enfrentados pelas mulheres em suas lutas, reconhecendo a heterogeneidade de posições dentro dos movimentos sociais, abrangendo desde sindicalistas até quebradeiras de coco.

O conceito de território, enquanto categoria analítica, desempenha um papel essencial nos debates dentro da epistemologia geográfica. Apesar das desigualdades de gênero que enfrentam, as mulheres rurais apresentam particularidades em suas vidas e no trabalho. Segundo Francisco (2011), estudos recentes em geografia de gênero têm incorporado a mulher no contexto espacial, reconhecendo seu papel ativo como agente social nas atividades produtivas e reprodutivas, que, por sua vez, influenciam a organização do espaço. Esse papel é desempenhado em colaboração com outros membros da família. Francisco (2011) também observa que, até então, muitos estudos geográficos sobre áreas rurais negligenciavam a

perspectiva de gênero, ignorando a experiência das mulheres rurais e o impacto do gênero na estruturação da vida rural.

Um ponto crucial dessa discussão é a participação das mulheres na gestão territorial sem necessariamente sentirem-se pertencentes ao território. A vivência do gênero por essas mulheres rurais, especialmente as quebradeiras de coco babaçu no Tocantins, se expressa em sua relação com o espaço onde vivem, conforme destacam as lideranças desses movimentos sociais que enfatizam a importância de políticas territoriais que considerem a diversidade de experiências (Godoi & Aguiar, 2018). A maneira como essas mulheres vivenciam o gênero é fortemente influenciada pelas características do espaço rural e suas especificidades.

Godoi e Aguiar (2018) destacam que as políticas territoriais precisam ser adaptadas às diferentes realidades das mulheres, refletindo suas necessidades e contextos diversos. Isso significa que tais políticas devem incorporar essa diversidade de experiências para serem justas e eficazes. A territorialidade das mulheres, portanto, é construída com base em particularidades frequentemente marcadas por interseccionalidades.

Conforme Akotirene (2019), a interseccionalidade é uma ferramenta analítica que busca compreender como opressões estruturais, como racismo, sexismo, classismo e outras formas de exclusão, interagem de maneira simultânea e complexa na vida de grupos socialmente marginalizados. Esse conceito, originado nos estudos de Kimberlé Crenshaw (2004), permite uma análise que revela a multiplicidade de camadas de desigualdade enfrentadas por mulheres negras, indígenas e outras, em especial no contexto de disputas territoriais e socioeconômicas.

Sobre a interseccionalidade, Akotirene (2019) explica:

A interseccionalidade nos instrumentaliza a enxergar a matriz colonial moderna contra os grupos tratados como oprimidos, porém não significa dizer que mulheres negras, vítimas do racismo de feministas brancas e do machismo praticado por homens negros, não exerçam técnicas adultistas, cisheterossexistas e de privilégio acadêmico.

Essa reflexão é fundamental, pois reafirma que a interseccionalidade não apenas mapeia as estruturas de dominação, mas também convida a uma autorreflexão contínua dentro dos próprios grupos marginalizados. Ao apontar essas "técnicas" de reprodução de opressões, a autora desafia a ideia de que estar em uma posição de vulnerabilidade elimina a capacidade de exercer privilégios em outros contextos. Isso expande a discussão interseccional ao deslocar o foco exclusivo das opressões sofridas para incluir as formas de poder e privilégios que podem ser exercidos.

O pensamento interseccional nos leva reconhecer a possibilidade de sermos oprimidas e de corroborarmos com as violências. Nem toda mulher é branca,

nem todo negro é homem, nem todas as mulheres são adultos heterossexuais, nem todo adulto heterossexual tem locomoção política, visto as geografias do colonialismo limitarem as capacidades humanas.

Assim, é fundamental que as políticas territoriais considerem essas especificidades nas tomadas de decisão, reconhecendo as múltiplas dimensões que atravessam suas vivências. A interseccionalidade, ao revelar a complexidade das opressões e privilégios interseccionados, reforça a importância de políticas territoriais que reconheçam as especificidades das vivências e identidades das mulheres rurais. Ao considerar que nem toda mulher negra vive as mesmas experiências e que desigualdades como racismo, machismo, adultismo e cisheterossexismo podem coexistir e se sobrepôr, as políticas devem ser orientadas para compreender e atender às necessidades dessas mulheres em suas singularidades.

No contexto das quebradeiras de coco babaçu, defendemos que essa perspectiva é especialmente relevante, pois sua luta territorial não é apenas marcada pela resistência contra as opressões externas impostas por empresas ou políticas públicas excludentes, mas também pela superação das dinâmicas internas que podem reproduzir desigualdades. Assim, o uso do termo "mulheres rurais" neste trabalho reconhece a pluralidade de vivências, destacando as peculiaridades de grupos como as quebradeiras de coco, cujo protagonismo reforça a necessidade de estratégias que promovam justiça social e equidade de forma abrangente.

Ao usar o termo "mulheres rurais" nesta pesquisa, não se pretende homogeneizar as identidades, mas sim reconhecer a pluralidade das experiências em diferentes contextos rurais, como agricultoras familiares, quebradeiras de coco e quilombolas. Esse termo é utilizado para proporcionar coerência discursiva, sem desconsiderar as diversas formas de nomeação e experiências (Godoi & Aguiar, 2018). No presente trabalho, referimo-nos especificamente às quebradeiras de coco babaçu, cujas lutas pelo território são marcadas pelo protagonismo de mulheres, majoritariamente negras, na Amazônia Legal, em um modo de vida rural e tradicional.

As quebradeiras de coco babaçu compõem um grupo étnico-racial distribuído por várias regiões do Brasil, com presença marcante nos estados do Maranhão, Pará, Tocantins e Piauí. O modo de vida dessas mulheres está diretamente relacionado ao uso das palmeiras de coco babaçu, englobando dimensões físicas e socioculturais de existência. O uso integral das palmeiras de babaçu, desde as amêndoas nutritivas até a produção de óleo de cozinha, farinha, carvão vegetal e materiais para construção, é fundamental para a subsistência dessas comunidades (Sousa, 2015).

Assim, a territorialidade das quebradeiras de coco babaçu está profundamente enraizada no manejo e uso dessas palmeiras, evidenciando uma relação intrínseca com o território que habitam. Essa conexão, manifestada por meio de práticas produtivas e culturais, é crucial para a sustentabilidade dessas comunidades. O conceito de territorialidade, nesse contexto, transcende o simples uso do espaço físico, envolvendo a manutenção de práticas tradicionais que garantem tanto a subsistência quanto a preservação ambiental. As práticas das quebradeiras de coco babaçu exemplificam essa interrelação ao utilizarem integralmente as palmeiras em suas vidas cotidianas, desde a produção de alimentos até a construção de moradias. Esse uso sustentável dos recursos naturais demonstra como as políticas territoriais podem ser orientadas por práticas que respeitam o ecossistema e as particularidades dessas mulheres.

Propomos a entender o processo histórico das mulheres rurais do Bico do Papagaio, norte do Tocantins e as iniciativas de luta política pelo território. Consideramos que, embora essas mulheres compartilhem a luta pela terra e pelo território, há divergências e contradições dentro dos movimentos sociais, especialmente no que diz respeito às mulheres rurais, desde sindicalistas até as quebradeiras de coco babaçu.

## **2.1 De Posseiras às Quebradeiras de Coco: a luta histórica pelo território**

As quebradeiras de coco babaçu, um grupo predominantemente negro e feminino, são a representação viva da luta pela terra no Bico do Papagaio. Sua identidade territorial está intrinsecamente ligada ao uso e manejo das palmeiras de babaçu. Essas mulheres enfrentam um cenário de expropriação e violência, resultado da expansão do agronegócio e da apropriação de terras por grandes corporações (Sousa, 2015).

As transformações sociopolíticas no Bico do Papagaio, especialmente no que diz respeito às mulheres rurais, revelam um cenário de resistência contínua. A luta pela terra remonta às décadas de 1970 e 1980, quando a expansão do latifúndio e a repressão policial forçaram muitas famílias a migrarem para o norte do Tocantins, em busca de terras devolutas (Santos, 2021). Assim, a prática da quebra do coco babaçu sempre foi uma tradição cultural entre as famílias do Bico do Papagaio, especialmente entre as mulheres, tornando-se essencial para a sobrevivência de seus filhos. Esse costume foi facilitado pela abundância de palmeiras de babaçu na região, que permitiu o extrativismo do coco como uma prática economicamente viável.

Nos anos 1980, os grandes conflitos pela posse da terra emergiram no norte goiano, envolvendo posseiros e posseiras em confrontos com grileiros, fazendeiros e políticos locais que disputavam as terras devolutas (Santos, 2021). Foi nesse contexto que a Igreja Católica,

através de figuras importantes, começou a apoiar os posseiros, tornando-se um ator social relevante durante os conflitos. A violência, como queima de casas, roças, lesões corporais e até homicídios, fazia parte do cotidiano dos posseiros, e sem ter a quem recorrer, eles viam nos padres e freiras um ponto de apoio crucial (Santos, 2021, p. 192).

Para entender melhor, propusemo-nos a conversar com uma importante liderança feminina que participou ativamente das principais lutas históricas no Bico do Papagaio. Realizamos um trabalho de campo em setembro de 2023 no município de Esperantina, localizado no Bico do Papagaio e entrevistamos Maria Senhora. Ao aceitar ser identificada, Maria Senhora prefere ser reconhecida como uma líder sindical que foi figura central durante os conflitos da década de 1980. Ela descreve como as expectativas de autonomia foram frustradas pela expropriação e pela violência institucional. A narrativa de Maria Senhora destaca a brutalidade enfrentada pelas mulheres que, ao chegarem ao Tocantins, encontraram um cenário hostil, marcado pela grilagem de terras e pela repressão policial. Sua história revela como as mulheres rurais, apesar das adversidades, construíram uma identidade coletiva baseada na resistência e na busca por justiça social.

A Igreja, portanto, orientou os posseiros, inclusive as mulheres, na luta pela organização sindical. Maria Senhora, em seu relato, ressalta a importância desse apoio, mencionando a influência de padres como Dom Cornélio e freiras como Bia e Lurdinha, que incentivaram a criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais no Bico do Papagaio:

*Eles chegaram falaram pra nós assim: 'a ferramenta de vocês é o sindicato, ou vocês criam o sindicato do trabalhador rural ou não terão ninguém por vocês.' E foi aí que começamos essa discussão" (Maria Senhora, entrevista, 7 de setembro de 2023).*

Maria Senhora destaca que, embora sua família tivesse um lote de terra regularizado, suas tias e irmãs não tiveram a mesma sorte, sendo expulsas pela polícia por não possuírem documentos legais das terras. Ela se envolveu na organização política dessas famílias e ajudou na resistência, levando comida e organizando embates. Lembra-se de um confronto em Axixá, onde homens da comunidade enfrentaram fazendeiros para recuperar terras que estavam em disputa: "*Nós organizamos os homens daqui para ir lá em Axixá, numa briga que tinha por causa da terra e do fazendeiro*" (Maria Senhora, entrevista, 7 de setembro de 2023).

Além de destacar a participação ativa das mulheres na organização política, Maria Senhora traz à tona informações históricas sobre a chegada do Padre Josimo ao território do Bico do Papagaio em 1983. Ela refuta a ideia de que ele teria iniciado a luta pela terra, explicando que a resistência já existia quando ele chegou.

Apesar disso, a sindicalista comenta que o Padre Josimo desempenhou um papel crucial na coordenação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), fortalecendo a luta dos posseiros pela posse legítima da terra. Através do apoio da Igreja, associações e sindicatos foram formados, como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais em Augustinópolis, que enfrentou grande resistência, incluindo episódios de violência, como tiros dentro da igreja durante uma reunião. Esses eventos resultaram no fechamento temporário da igreja até que o sindicato fosse formalmente estabelecido.

Nos anos 1990, a luta política das mulheres passou por transformações significativas. Muitas se sentiam silenciadas dentro dos sindicatos, o que levou à criação de associações específicas para as quebradeiras de coco. Maria Senhora faz uma autocrítica a essa decisão: *"Foi uma besteira que depois muitas de nós se arrependeu... em vez de nós irmos para dentro do sindicato e virar presidente, criamos uma associação de quebradeira"* (Maria Senhora, entrevista, 7 de setembro de 2023).

Essa crítica reflete a visão de que a criação da associação desviou as mulheres da luta sindical, fragmentando os movimentos. No entanto, a formação da identidade das quebradeiras de coco babaçu surgiu a partir dessa separação, destacando a importância da preservação das palmeiras e do babaçu. Maria Senhora reconhece que, embora a decisão tenha sido um erro na época, muitas mulheres assumiram a liderança nos sindicatos posteriormente.

A complexidade dessas dinâmicas revela a multiplicidade de desafios enfrentados pelas mulheres do Bico do Papagaio, como o equilíbrio entre a luta pela terra e a conservação do babaçu. O relato de Maria Senhora também expõe os conflitos internos entre as diferentes visões sobre a organização política das quebradeiras. Enquanto algumas defendiam a criação de associações independentes, outras, como Maria Senhora, acreditavam que o fortalecimento do sindicato seria a melhor estratégia para garantir a conquista das terras e a proteção do babaçu.

Essas reflexões de Maria Senhora evidenciam a importância de uma análise crítica das decisões políticas no contexto da luta pela terra e pelo território, ressaltando o papel das mulheres como protagonistas dessa história. Mesmo com divergências internas, a luta das quebradeiras de coco babaçu permanece como um exemplo de resistência e organização em prol da sobrevivência e autonomia.

### **3. Conclusões**

A reflexão sobre identidade, história e memória das quebradeiras de coco babaçu é fundamental para compreender as lutas socioterritoriais dessas mulheres no Bico do Papagaio. A construção de sua identidade está profundamente entrelaçada com as práticas extrativistas

que, ao longo do tempo, têm sido essenciais não apenas para sua subsistência, mas também para a afirmação de seu papel social e político na comunidade. As memórias coletivas dessas mulheres, impregnadas de histórias de resistência e luta, servem como um poderoso catalisador para a mobilização e a reivindicação de direitos.

As narrativas que emergem dessas memórias são cruciais para a construção de um debate mais amplo sobre justiça social e ambiental, destacando a importância do reconhecimento das contribuições das quebradeiras de coco para a conservação dos ecossistemas locais e para o fortalecimento das economias comunitárias. Ao trazer à luz a história dessas mulheres, é possível desafiar narrativas hegemônicas que muitas vezes marginalizam suas experiências e silenciam suas vozes.

Assim, a valorização da identidade e da memória das quebradeiras de coco babaçu não apenas enriquece o campo das ciências sociais, mas também é um passo essencial para a promoção de políticas públicas que respeitem e integrem suas demandas. O reconhecimento de suas histórias de luta deve ser uma prioridade nos diálogos sobre desenvolvimento sustentável e equidade de gênero, assegurando que as futuras gerações continuem a se inspirar em seu legado de resistência e autonomia.

### Referências

- AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.
- FRANCISCO, Maria Luíza Oliveira de. Geografia de Gênero e Trabalho Familiar: Algumas Considerações. Ponta Grossa: *Revista Latino-americana de Geografia e Gênero*, v. 2, n. 1, p. 27-36, 2011.
- CRENSHAW, Kimberlé. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. *VV. AA. Cruzamento: raça e gênero*. Brasília: Unifem, v. 1, n. 1, p. 7-16, 2004.
- GODOI, Emília Pietrafesa de; AGUIAR, Vilênia V. Porto. Mulheres e territórios vividos em contextos rurais: um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial. *Cadernos pagu*, p. e185207, 2018.
- SANTOS, Luciano Laurindo dos. *Territórios, territorialidades e lutas sociais na Amazônia Oriental*. 1. ed. Curitiba: Brazil Publishing, 2021. 218 p. ISBN 978-65-5861-483-8.
- SOUSA, Dayane Rouse Neves. Transformações na vida das populações tradicionais a partir da criação da Resex do Extremo Norte do Estado do Tocantins. *Dissertação* (Mestrado em Extensão Rural) -Universidade Federal de Viçosa, Viçosa-MG.2015. 111p

## Las luchas socioterritoriales en el Bico do Papagaio: historia, memoria e identidad de las mujeres rurales

### Resumen

Este artículo tiene como objetivo examinar las luchas socioterritoriales en Bico do Papagaio, centrándose en las mujeres rurales, particularmente en las quebradoras de coco babaçu. El análisis contempla los conceptos de territorio y territorialidad, explorando cómo las mujeres moldean y transforman el espacio rural a través de sus prácticas productivas y culturales. Discutimos las complejidades y contradicciones en las luchas de estas mujeres por y los desafíos enfrentados en la construcción de identidades territoriales. El estudio también incluye relatos de una entrevista y narrativas de una de las líderes femeninas en la historia de Bico do Papagaio, enfatizando la importancia de la memoria para la cristalización de la identidad y la historia de la lucha de las mujeres en la región.

Palabras clave: territorio; territorialidade; quebradoras de coco babaçu; Tocantins y resistencia

## Les luttes socioterritoriales dans le Bico do Papagaio: histoire, mémoire et identité des femmes rurales

### Résumé

Cet article vise à examiner les luttes socioterritoriales dans la région du Bico do Papagaio, en mettant l'accent sur les femmes rurales, notamment les casseuses de noix de babaçu. L'analyse aborde les concepts de territoire et de territorialité, en explorant comment les femmes façonnent et transforment l'espace rural à travers leurs pratiques productives et culturelles. Nous discutons des complexités et des contradictions dans les luttes de ces femmes, ainsi que des défis auxquels elles font face dans la construction des identités territoriales. L'étude inclut également les récits d'une interview et des narrations d'une des figures féminines de premier plan de l'histoire du Bico do Papagaio, en soulignant l'importance de la mémoire pour la cristallisation de l'identité et de l'histoire des luttes des femmes dans la région.

Mots-clés : territoire ; territorialité ; casseuses de noix de babaçu ; Tocantins ; résistance.

## Socioterritorial Struggles in Bico do Papagaio: history, memory, and identity of rural women

### Abstract

This article aims to examine the socioterritorial struggles in Bico do Papagaio, focusing on rural women, particularly the quebradeiras de coco babaçu. The analysis considers the concepts of territory and territoriality, exploring how women shape and transform rural spaces through their productive and cultural practices. We discuss the complexities and contradictions in these women's struggles and the challenges faced in constructing territorial identities. The study also includes accounts from an interview and narratives from one of the female leaders in the history of Bico do Papagaio, emphasizing the importance of memory in crystallizing the identity and history of women's struggles in the region.

Keywords: territory; territoriality; babaçu coconut breakers; Tocantins and resistance.